



CAPÍTULO 11

Do Extrativismo à Academia: Desafios Socioeconômicos no Quilombo João Pereira

Rebeca S. dos Santos, Antônio Pinheiro

RESUMO

O ensaio, *Do Extrativismo à Academia: Desafios Socioeconômicos no Quilombo João Pereira*, analisa as vulnerabilidades estruturais e o potencial de emancipação da comunidade quilombola localizada em Santarém (PA). Para isso, utiliza um relato de experiência fundamentado e a observação participante de uma mulher quilombola, discente da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), para investigar os gargalos produtivos inerentes ao extrativismo de frutos nativos, como o açaí e o cupuaçu. O texto conceitua o desafio produtivo local como uma “corrida contra a decomposição”, caracterizada pela necessidade de comercialização da produção em menos de 24 horas devido à ausência de infraestrutura e tecnologias de beneficiamento e armazenamento. Essa limitação técnica reforça a marginalização histórica, a dependência sazonal e a periferização geográfica do território. Em contrapartida, demonstra como o acesso à Educação Superior, impulsionado pelo Processo Seletivo Quilombola, atua como vetor de transformação estrutural, argumentando que a convergência entre os saberes ancestrais e o conhecimento técnico-científico acadêmico é fundamental para desenvolver tecnologias sociais, agregar valor à bioeconomia local e combater a evasão estudantil. Assim, as reflexões desenvolvidas indicam que o empoderamento acadêmico pode contribuir para ressignificar o quilombo, transformando-o de um espaço historicamente invisibilizado em um centro dinâmico de produção de conhecimento e resistência territorial na Amazônia.

Palavras-chave: Extrativismo. Logística. Saberes. Educação Superior. Amazônia.

1. Introdução: O Território e a Identidade

O Quilombo João Pereira, situado na região do Planalto e nas áreas de várzea ao longo do Rio Maicá, em Santarém (PA), constitui um território em que a dinâmica social é intrinsecamente ligada à preservação de culturas ancestrais e ao uso sustentável da biodiversidade amazônica. Historicamente, a comunidade se estabeleceu como um espaço de resistência, onde a sobrevivência familiar depende diretamente da interação com plantas

nativas e árvores frutíferas que compõem a paisagem local. Esse ecossistema não é apenas uma fonte de recursos, mas o alicerce de uma identidade remanescente que se manifesta no trabalho manual e no manejo da terra. No entanto, essa abundância natural contrasta com os gargalos socioeconômicos.

A subsistência das famílias quilombolas se baseia primordialmente no extrativismo e cultivo de espécies nativas como o açaí, o cupuaçu e a castanha. Contudo, essa economia de base ancestral enfrenta barreiras históricas, relacionadas à logística de escoamento e à ausência de tecnologias de armazenamento, que limitam a durabilidade dos produtos e forçam a comercialização em menos de 24 horas para evitar a perda total da produção. Tais obstáculos não comprometem apenas a segurança econômica e a geração de renda das comunidades; eles repercutem diretamente nas trajetórias educacionais, uma vez que as dificuldades de acesso e a dependência da sazonalidade das safras historicamente impuseram barreiras para que os jovens concluíssem os estudos sem precisar abandonar o território.

O relato baseia-se nas informações coletadas por uma estudante quilombola de graduação junto aos membros de sua comunidade, articuladas às suas próprias percepções sobre as condições do território e de seu entorno.

1.1 Metodologia

Metodologicamente, o texto apresenta-se como um ensaio de natureza descritiva, materializado a partir de um relato de experiência fundamentado. Parte da posição da autora como sujeito e observadora, sendo uma mulher negra, quilombola e estudante universitária na Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), numa perspectiva já apontada poeticamente por Gadelha (1991, p. 15): “[...] Uma exposição é o que é a vida, cada um de nós é a um mesmo tempo, máquina e retrato”.

A perspectiva ensaística confere ao texto caráter reflexivo, subjetivo e autoral, voltado a explorar ideias, questionar e interpretar, sem a exigência de comprovação própria de estudos de natureza experimental. Para a estruturação das reflexões apresentadas, adotou-se como espaço de observação o Quilombo João Pereira, onde a autora reside, localizado na região do Planalto e nas áreas de várzea do Rio Maicá, em Santarém (PA). A análise se baseia na vivência direta da dinâmica social e produtiva do território, especificamente no que tange ao extrativismo de espécies nativas, como açaí, cupuaçu e castanha; foi utilizado o método da observação participante, em que a percepção da realidade comunitária é confrontada com o conhecimento técnico-científico adquirido no ambiente acadêmico.

Esse diálogo entre saberes permitiu identificar os “gargalos” logísticos e as barreiras educacionais enfrentadas pela comunidade. O texto foi estruturado sob a ótica do Território como Espaço de Resistência, analisando como a infraestrutura e o acesso à Educação Superior atuam como vetores de transformação e permanência geracional. Dessa forma, o ensaio não se limita a uma descrição subjetiva, mas propõe uma reflexão crítica sobre a função social da universidade e a necessidade de tecnologias aplicáveis ao contexto quilombola, em que a narrativa é acompanhada de um contraponto técnico-científico.

Cabe informar que o uso de IA generativa (Copilot) foi empregado para garantir maior fluidez e padronização normativa, conforme as normas da ABNT, durante a revisão do texto. A tecnologia serviu apenas para aprimorar clareza, coesão e consistência formal, sem afetar interpretação, análise ou conclusões. Todas as decisões de conteúdo são de responsabilidade exclusiva dos autores. Em relação à condição de quilombola destaca-se que, segundo o Decreto nº 4887/2003, a comunidade é quem se autodefine como quilombola, com base em autoatribuição e laços territoriais específicos, pressupondo ancestralidade negra relacionada à resistência histórica (artigo 2º). Essa ancestralidade, relevante ao grupo, não exige comprovação biológica.

1.2 Relato da aluna quilombola

Do território quilombola para comunidades vizinhas

[...] No território quilombola, a dinâmica dos negócios de compra e venda entre as comunidades vizinhas sustenta muitas famílias. Essas práticas envolvem cultura ancestral, geração de renda e manejo de plantas nativas e árvores frutíferas ao longo do rio Maicá, como ocorre no quilombo João Pereira e em outras comunidades das áreas de planalto e várzea.

Durante anos, os moradores enfrentaram dificuldades para escoar os produtos derivados das frutas, especialmente pela curta duração e pela necessidade de manter a qualidade das polpas, que se estragavam em menos de 24 horas caso não fossem vendidas. Antigamente, não se produziam derivados justamente pela dificuldade de comercialização e pelo tempo necessário para chegar aos pontos de transporte. Com o passar dos anos, houve melhorias para os agricultores rurais que, por meio do cultivo de pequenos pomares familiares, conseguiram acessar recursos públicos.

Desde 1988, um remanescente quilombola relata que trabalhavam com o extrativismo de castanha, açaí, cupuaçu e outras frutas, além da comercialização de

árvores frutíferas. Para escoar esses produtos, era necessário percorrer quilômetros até conseguir transporte do quilombo João Pereira para Santarém.

Da mesma forma que o escoamento dos frutos era difícil, o acesso à educação também apresentava desafios. Para concluir o Ensino Fundamental, muitas crianças precisavam sair do próprio quilombo. Hoje, o Ensino Médio é oferecido em comunidades vizinhas, e a Universidade Federal localizada em Santarém possibilita, desde 2015, a formação de universitários quilombolas por meio do processo seletivo específico.

A determinação dos moradores em garantir o sustento familiar e buscar recursos governamentais para melhorar as linhas de transporte contribuiu significativamente para que os jovens concluíssem o Ensino Médio e ingressassem no Ensino Superior. Como muitas famílias dependem do trabalho manual e não têm condições de morar fora da comunidade, a renda familiar varia conforme o período de safra.

As safras duram de dois a três meses. Desde 2013, minha família cultiva pequenos pomares em nosso território de herança. Com as vendas entre comunidades e para mercados externos, conseguimos permanecer na comunidade, gerar renda e facilitar nossa permanência na cidade de Santarém para estudar na universidade.

Entretanto, muitos produtores rurais enfrentam dificuldades porque a produção não dura o ano inteiro. A falta de equipamentos industriais impede que algumas famílias processem e armazenem as frutas por mais tempo. Além disso, muitas sementes deixam de ser plantadas por falta de perspectiva de venda, o que leva à perda de frutos ainda na terra ou após a colheita. Sem polpas para comercializar fora da safra, muitos produtores enfrentam crises econômicas e, por vezes, precisam sair de suas terras para comprar produtos mais caros fora do território.

A Universidade Federal representa uma grande oportunidade para que estudantes quilombolas desenvolvam propostas que beneficiem suas próprias comunidades. Assim como conquistamos melhorias no transporte, também podemos, por meio do conhecimento adquirido, criar projetos para produzir em maior escala, com produtos orgânicos, gerando emprego e fortalecendo a economia dentro do território quilombola.

2. O Gargalo da Produção e a Perecibilidade: A Corrida Contra a Decomposição

A produção extrativista no Quilombo João Pereira é marcada por uma severa limitação temporal imposta pela alta perecibilidade dos frutos nativos. Atualmente, a dinâmica de comercialização se configura como uma “corrida contra o tempo”, na qual as polpas e os derivados precisam ser vendidos em um intervalo inferior a 24 horas para evitar a perda total da produção do dia. Essa urgência limita o poder de negociação do produtor e restringe o alcance das vendas às comunidades vizinhas e ao mercado imediato de Santarém, impedindo o acúmulo de excedentes e a valorização do produto beneficiado. Isso evidencia uma carência da comunidade: a necessidade de tecnologias de beneficiamento e conservação.

A fragilidade econômica da comunidade é acentuada pela carência de infraestrutura tecnológica e equipamentos industriais que permitam o processamento adequado e o armazenamento de longo prazo. Sem tecnologias de conservação, como câmaras frias ou sistemas de envase a vácuo, os produtores enfrentam crises financeiras cíclicas no período de entressafra. A incapacidade de estocar a produção para venda fora do período de colheita obriga o escoamento imediato a preços baixos, resultando em um cenário em que muitos produtores reduzem o plantio por receio de que as sementes e frutos apodreçam antes de chegar ao consumidor final; Nesse sentido, enfrentam-se questões relativas à infraestrutura e à logística, com impactos sobre a permanência no território.

Historicamente, o isolamento geográfico e a precariedade do transporte dificultaram o acesso aos mercados externos, distantes quilômetros do território quilombola. A conquista de linhas de transporte e a melhoria no acesso viário demonstraram ser fatores determinantes para a viabilização do comércio externo e para a geração de renda local. Mais do que um facilitador econômico, a infraestrutura de transporte atua como um vetor de permanência: ao permitir que os jovens quilombolas transitem entre a comunidade e a cidade para estudar, sem a necessidade de abandonar sua terra por falta de condições de moradia externa. Essa logística fortalece o vínculo com o território e contribui para a continuidade das atividades familiares, dependentes do trabalho manual e da sazonalidade das safras.

Melo (2023, p.143) lembra que não era qualquer lugar que os negros escolhiam para se refugiarem, era lugar de difícil acesso e, na Amazônia, geralmente, nos lugares distantes, e nas perspectivas mais recentes esses espaços têm caráter periférico. O conceito moderno de periferia rompe com a visão meramente geométrica, focando na desigualdade de poder e acesso, e se aproxima da subalternidade e dependência, na perspectiva de Milton Santos

(2002), quando percebeu as periferias como espaços opacos, em que as suas dependências dos centros econômicos, ocorrem, devido à carência de tecnologia e infraestrutura.

Edna Castro (2008) aponta que na Amazônia, o isolamento geográfico é uma forma de periferização. Diante da dificuldade de acesso a políticas públicas de saúde e educação em territórios ribeirinhos e quilombolas, e, isso, expressa o que ela nomeou de “frentes de expansão” que ignoram a logística da vida local. Mas é possível relacionar a invisibilidade e ausência do estado, enquanto espaço da espoliação urbana ou territorial, onde o Estado atua de forma seletiva, frequentemente ausente na garantia de direitos, mas presente na repressão (Kowarick, 1979).

Mello et al. (2024) discutem a invisibilidade histórica dos territórios quilombolas na Amazônia e relacionam isso com políticas ambientais, conservação da biodiversidade e justiça climática. O estudo traz constatações que açodam o relato da Quilombola, em relação ao seu quilombo, e as condições marginais que o relato demonstra, os autores se reportam a uma marginalidade histórica.

A marginalidade histórica dos quilombolas é constatada quando se aponta que o Estado demorou 35 anos após a Constituição de 1988 para produzir dados oficiais sobre quilombolas. Os autores apontam que “[...] Sem mapas precisos [...] essas comunidades ficam às margens do imaginário nacional” (Mello et al., 2024, p. 120).

Mello et al. (2024) apontam que as Políticas ambientais ignoram quilombolas. O Plano Nacional de Áreas Protegida (PNAP) (Brasil, 2006) reconhece territórios quilombolas como áreas protegidas, mas não foi efetivado; a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola (PNGTAQ) só foi criada em 2023, após décadas de ausência estatal. Subestimam a contribuição ambiental quilombola, porém dados do MapBiomas (2013, p. 128) apontam que os Territórios Quilombolas estão na liderança da preservação da cobertura vegetal nativa no Brasil; os quilombolas desmataram apenas 4,7% entre 1985~2022, contra 25% das áreas privadas.

A realidade do Quilombo João Pereira se assemelha, ao que relata Melo (2023), ao se reportar ao Território Quilombola Saracura, sua localização em área de várzea, onde a comunidade tem como meio de subsistência, a pesca e a agricultura. Melo (2023) adentra em outro ponto sensível narrado pela aluna quilombola, o acesso à escola, à educação.

Ela aponta que dentre os diferentes fatores que contribuíram para a evasão escolar, no quilombo do Saracura é a questão econômica. Para isso, recorre a Sousa (2015, p. 120, *apud* Melo, 2023, p.160) quando aponta que devido ao trabalho familiar da pesca, as crianças auxiliam na economia da família, pescam junto com seus pais e essa realidade é o principal fator que acompanha crianças e adolescentes em idade escolar ao longo dos

anos e da sua vida acadêmica, pois a comunidade tem como meio de subsistência, a pesca e a agricultura, daí, muitos alunos, abandonarem a escola para ajudar na renda familiar.

3. Educação como Valor de Transformação - O Contexto Educacional: Da Exclusão à Inclusão Institucional

O acesso à educação para moradores do Quilombo João Pereira foi marcado por severas restrições geográficas e estruturais. Relata-se que, para concluir o Ensino Fundamental, as crianças eram obrigadas a se deslocar para fora do quilombo devido à inexistência de escolas locais, e isso não é uma realidade dos quilombolas do João Pereira, Silva *et al.* (2022) apontam essa ausência do Estado em outros quilombos do estado do Pará. Essa barreira se estendia ao Ensino Médio, realizado em comunidades vizinhas, exigindo uma logística complexa para conciliar os estudos com o trabalho manual necessário ao sustento familiar.

Melo (2023) destaca que a educação tem se tornado bandeira de luta desses grupos, pois adentrar ao mundo letrado constitui para eles desafio urgente e necessário. Essa constatação ressalta no relato da aluna quilombola, no que ela aponta o ingresso de jovens quilombolas na Ufopa após 2015; visualiza a universidade como possibilidade de retorno e contribuição ao território, colocando a educação como forma de melhorar a produção, gerar renda e permanecer no quilombo.

O discurso que sustenta o projeto Amazônia 4.0, idealizado por Carlos e Ismael Nobre, propõe uma terceira via de desenvolvimento, unindo a biodiversidade da floresta em pé com tecnologias da Quarta Revolução Industrial (biotecnologia, IA, rastreabilidade) e, segundo eles, o projeto visa criar uma bioeconomia de alto valor agregado, com foco na sustentabilidade e no protagonismo de povos indígenas e comunidades tradicionais, o que já apontava Berta Becker (2005) ao defender a floresta em pé. O Discurso sustenta-se na ideia da sociedade do conhecimento, onde o saber pode salvar a floresta, quer seja saber científico ou tradicional.

Até agora, as leis ambientais nacionais e internacionais e os esforços de conservação não conseguiram reverter o desmatamento e a degradação na Amazônia. A proposta do Instituto de Tecnologia da Amazônia (AmIT) é urgente e necessária, focando no empoderamento social, na preservação das florestas e rios, restauração e uso racional das áreas degradadas, com estratégias para inclusão social, educação, saúde, capacitação e geração de renda (AmIT, 2022, p.2. Sumário Executivo).

Jocelito Salvador (2013), apoiado em Peter Drucker, destaca que a sociedade do conhecimento estabelece um modelo econômico pós-capitalista, onde o conhecimento é o principal recurso, substituindo terra, trabalho e capital. O trabalhador do conhecimento é altamente qualificado, impulsionando inovação e liderança organizacional com foco na produtividade intelectual. No entanto, povos tradicionais têm saberes próprios que são frequentemente subvalorizados frente ao conhecimento científico e tecnológico, tal leitura fortalece a percepção de quilombolas de necessitarem entrar na universidade como trampolim para um outro nível de vida.

A quilombola aponta que um marco transformador na trajetória da comunidade ocorreu em 2015, com a implementação do Processo Seletivo Quilombola na Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), facilitando a formação de universitários remanescentes de quilombos, e possibilitando que a juventude vislumbresse horizontes para além da subsistência imediata; esse ciclo de produção e circulação do conhecimento favorece o retorno da jovem ao território em condições de contribuir para seu fortalecimento. Na perspectiva de Gomes (2017), o ingresso na Ufopa, o acesso ao Ensino Superior por populações quilombolas reconfigura o espaço acadêmico, transformando a universidade em um campo de saberes construídos na luta por emancipação.

Mendes e Sachs (1997) apontam que cabe às universidades e institutos de pesquisa da Amazônia, papel fundamental na reflexão sobre o conhecimento disponível, ou que precisa ser produzido para aclarar a fisionomia desejável da nova Amazônia, contribuir de forma significativa, para a Amazônia do século XXI. Nesse sentido, Mendes (2001) apontava que para reinventar a Amazônia todos os conhecimentos e saberes são válidos, e Abramovay (2019) reportou ser necessária a superação de práticas predatórias que inibem a emergência de uma economia do conhecimento da natureza, caminho desejável para melhorar as condições de vida de quem vive na Amazônia, um enfrentamento a permanência da economia de destruição da natureza.

A formação superior, no contexto quilombola, não representa apenas uma ascensão individual, e sim o fechamento de um ciclo de desenvolvimento para todo o território. O acesso ao conhecimento técnico e acadêmico permite que o aluno retorne à sua base com propostas estruturadas para o beneficiamento de produtos orgânicos em larga escala. Mediante a elaboração de projetos que atraiam recursos e tecnologias, se torna possível reverter o cenário de desperdício da produção frutífera, transformando o potencial extrativista em uma fonte sustentável de geração de emprego e renda dentro da própria comunidade. Há uma percepção de que os quilombolas já veem a educação como instrumento de transformação social, formação crítica para enfrentar desigualdades e meio de fortalecimento do protagonismo quilombola na produção de conhecimento (Melo, 2023)

A educação atua como a ferramenta estratégica necessária para que os recursos naturais, açaí, cupuaçu e castanha deixem de ser apenas itens de sobrevivência diária e passem a sustentar um modelo de desenvolvimento econômico autônomo e resiliente, nessa perspectiva, evidencia-se a função social da universidade e seu efeito no quilombo. É necessário pensar os quilombos como Centro de Saberes, de enfrentamento às condições periféricas (Porto-Gonçalves, 2006)

Na perspectiva da decolonialidade, trazida por Porto-Gonçalves (2006), o quilombo deixa de ser periferia para se tornar um centro produtor de vida e biodiversidade, exercitando resistência na perspectiva da territorialidade. Para Porto-Gonçalves (2006), o território quilombola não é apenas terra, mas territorialidade, um espaço de reprodução cultural e resistência, onde se vivencia a relação entre sustentabilidade vs. Capital, pois enquanto o centro (agronegócio) degrada, a periferia (quilombo) conserva, usando seu saber tradicional.

Conhecimentos tradicionais são reconhecidos em debates ambientais e culturais, mas ainda considerados inferiores ao conhecimento científico. A sociedade do conhecimento valoriza diplomas e pesquisa formal, enquanto saberes tradicionais são transmitidos oralmente e pela prática, fora dos sistemas de validação. Embora comunidades preservem conhecimentos essenciais, não são vistas como produtoras de conhecimento moderno.

A Convenção da Diversidade Biológica (CDB/ONU, 1992) destaca o artigo 8j, que trata da repartição de benefícios com povos e comunidades tradicionais pelo uso econômico do conhecimento dessas comunidades para acessar recursos da biodiversidade e desenvolver tecnologias. O valor do conhecimento tradicional é crescente devido à sua importância para comunidades e setores como agricultura e indústria.

Muitos produtos, incluindo medicamentos, cosméticos e artesanatos, derivam desse saber. Povos indígenas e comunidades tradicionais manejam recursos genéticos e promovem biodiversidade de forma sustentável há séculos, contribuindo significativamente para a conservação, fornecendo práticas e informações valiosas à comunidade global (CDB/ONU, 1992).

Considerações Finais

A partir das reflexões tecidas, ao longo deste ensaio, se evidencia que o Quilombo João Pereira vivencia um cenário de contrastes; se por um lado o território é rico em biodiversidade e saberes tradicionais; por outro, esbarra em gargalos socioeconômicos e logísticos. A urgência no escoamento dos produtos extrativistas, caracterizada como a "corrida contra a decomposição", vai além de uma simples carência de equipamentos de

processamento ou refrigeração; ela expressa o sintoma de uma marginalização e invisibilidade históricas impostas pelo Estado às comunidades tradicionais da Amazônia.

Diante desse quadro de isolamento e periferização, o ingresso de jovens quilombolas no Ensino Superior apresenta-se como um divisor de águas e uma importante ferramenta de transformação social e decolonial. A universidade deixa de ser um espaço restrito à academia tradicional e passa a ser vislumbrada como um instrumento coletivo de retorno e fortalecimento comunitário. O foco é na simbiose entre o conhecimento empírico do manejo da terra e o instrumental técnico-científico acadêmico e como as somas são capazes de gerar soluções concretas para os desafios locais. Por meio dessa união, é possível conceber projetos e tecnologias sociais que contornem a perecibilidade da safra, agregando valor à produção e gerando renda estável na entressafra.

É perceptível que o desenvolvimento sustentável e autônomo do território quilombola se conecta à educação e à infraestrutura. Transformar o quilombo em um autêntico centro produtor de conhecimentos não visa apenas assegurar a conservação de sua biodiversidade e de suas raízes identitárias, mas também construir uma perspectiva de autonomia econômica e de permanência das futuras gerações no território. A educação, aqui, não se expressa como fuga do quilombo, mas como o alicerce essencial para a dignidade, a resistência e a consolidação da territorialidade na Amazônia contemporânea.

Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, R. **Amazônia: por uma economia do conhecimento da natureza**. São Paulo: Elefante, 2019.

BECKER, B. Não basta preservar a floresta. **Desafios do Desenvolvimento**, IPEA, ano 2, n. 11, jun. 2005. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?id=1321%3Aber-ta-becker-nao-basta-preservar-a-floresta&format=pdf&option=com_content. Acesso em: 14 abr. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em: 14 abr. 2026.

CASTRO, E. **Sociedade, território e conflitos: Amazônia no século XXI**. Belém: NAEA, 2008.

CONVENÇÃO SOBRE DIVERSIDADE BIOLÓGICA; ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Artigo 8(j) – conhecimento tradicional, inovações e práticas: conhecimento tradicional e a Convenção sobre Diversidade Biológica: seu papel e valor**. 1992. Disponível em: <https://www.cbd.int/traditional/intro.shtml>. Acesso em: 13 abr. 2026.

GADELHA, R. **Um estreito chamado horizonte**. São Paulo: Massao Ohno Editor, 1991.

GOMES, N. L. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.

INFOAMAZONIA. **Entre lutas e conquistas: a realidade de alunos quilombolas na Ufopa em Santarém**. 2023. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2023/03/06/entre-lutas-e-conquistas-a-realidade-dos-alunos-quilombolas-na-ufopa-em-santarem-pa/>. Acesso em: 14 abr. 2026.

INSTITUTO DE TECNOLOGIA DA AMAZÔNIA (AmIT). **Amazônia 4.0: sumário executivo**. 2022. Disponível em: https://amazonia4.org/wp-content/uploads/AmIT_Amazonia4p0_Sumario-Executivo-Out_2022.pdf. Acesso em: 13 abr. 2026.

KOWARICK, L. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MAPBIOMAS. **Coleção 8: MapBiomias Quilombolas**. 2023. Disponível em: https://brasil.mapbiomas.org/wp-content/uploads/sites/4/2023/12/FACT_MapBiomias_Quilombos_18.12.pdf. Acesso em: 14 abr. 2026.

MELLO, J. P. et al. Fronteiras marginais: a luta das comunidades quilombolas da Amazônia brasileira contra a invisibilidade no debate sobre conservação ambiental. **Amazônica – Revista de Antropologia**, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 115–142, jan. 2024. DOI: <https://doi.org/10.18542/amazonica.v16i2.15884>. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/15884>. Acesso em: 30 mar. 2026.

MELO, V. S. **Educação escolar em um quilombo de várzea na Amazônia paraense: lutas e desafios (2018–2022)**. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufopa.edu.br/items/2841d-192-7ae9-43ef-a897-5a6af0ef19b3>. Acesso em: 30 mar. 2026.

MENDES, A. D. **Amazônia – modos de (o) usar**. Manaus: Editora Valer, 2001.

MENDES, A. D.; SACHS, I. A inserção da Amazônia no mundo. In: CASTRO, E.; PINORN, F. (org.). **Faças do trópico úmido: questões e conceitos sobre desenvolvimento e meio ambiente**. Belém: CEJUP; UFPA/NAEA, 1997. p. 133–146.

PORTO-GONÇALVES, C. W. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. In: CECEÑA, A. E. (coord.). **Em los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006. p. 151–197. Disponível em: <https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20101019090853/6Goncalves.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2026.

SALVADOR, J. A. **A sociedade do conhecimento e suas consequências nas corporações**. Conducere Desenvolvimento Corporativo, 2013. Disponível em: https://inovacao.ufrj.br/images/artigo_Salvador_Sociedade_do_Conhecimento.pdf. Acesso em: 14 abr. 2026.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: EdUSP, 2002.

SILVA, M. das G. da et al. Comunidades quilombolas na Amazônia: resistência e reafirmação de territórios ancestrais para a reprodução da existência. **Revista de Políticas Públicas**, [S. l.], v. 25, n. 2, p. 565–584, jan. 2022. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/18460>. Acesso em: 5 mar. 2026.

